

A REVOLUÇÃO AMBIENTAL E O PAPEL DAS ONGs

Warren Dean ¹

Agradeço, em primeiro lugar, o gentil convite da Comissão Organizadora deste Congresso, e aplaudo a iniciativa do Instituto Florestal em promover um debate amplo e profundo sobre a problemática das florestas nativas.

É interessante observar que a temática do papel das organizações não-governamentais na revolução ambiental, de uma importância clara e crucial agora em 1992, não foi abordada no primeiro Congresso Nacional sobre Essências Nativas, dez anos atrás. Em 1982, uma lista das ONGs brasileiras publicada pela SEMA contou tão-somente 51 delas em todo o país. A multiplicação e o fortalecimento no Brasil das associações cívicas que procuram defender o meio ambiente, tem sido impressionante neste curto intervalo de dez anos, estimulado, sem dúvida, pelo retorno a um estado constitucional e democrático.

Não pretendo aqui empreender uma revisão das realizações das ONGs ambientais brasileiras, uma tarefa pela qual, aliás, não estou adequadamente preparado. Em vez disso, ofereço uma breve análise do papel das ONGs ambientais americanas nos últimos anos, com ênfase na luta para preservar as florestas primárias remanescentes no meu país. Estas experiências, talvez um tanto exóticas, vou tentar mostrar, não são alheias à situação das ONGs brasileiras. As estratégias e táticas dos grupos americanos têm suas eventuais aplicações e seus perigos latentes, para os seus congêneres brasileiros. Acho esta abordagem útil, também, pela razão de que há, entre as ONGs de todos os países, uma evidente convergência de visões da realidade biótica mundial e conseqüentemente nas suas prioridades e projetos. Além disso, a internacionalização e a interdependência dos vários movimentos nacionais, previsíveis no próximo futuro, exigem de todos os participantes nesta luta global um conhecimento mútuo, pleno e objetivo, entre os seus eventuais colaboradores.

O crescimento das ONGs americanas desde o começo dos anos 60 é realmente impressionante. Impulsionadas repentinamente por uma tomada de consciência pública das crises ambientais convergentes, as ONGs americanas, algumas delas formadas muitos anos antes, multiplicaram rapidamente em números e sócios. O movimento, que contou provavelmente com bem menos de um milhão de membros em organizações de âmbito nacional, chega hoje a mais de doze milhões, arrolados em pelo menos 450 organizações. As organizações locais e estaduais são incontáveis e muitas vezes efêmeras, mas estas atingem, hoje em dia, aproximadamente 3000. A receptividade do grande público americano ao discurso ambientalista pode ser concebida pela seguinte estatística: no ano passado o número de visitantes aos parques nacionais chegou a 266 milhões.

Das ONGs americanas, provavelmente as mais conhecidas pelos brasileiros, uma vez que funcionam agora neste país, são a National Wildlife Federation, a maior de todas, a Nature Conservancy, a Environmental Defense Fund, a Conservation International, a Cultural Survival, a Better World Society, e dois outros grupos internacionais que possuem sucursais nos Estados Unidos, a Greenpeace International e a World Wildlife Fund, associado à Conservation Foundation. Vou enfatizar nesta comunicação, então, os papéis preenchidos nos Estados Unidos por estas organizações e por outras de feições semelhantes.

A vida associativa americana é e sempre foi muito rica, e por mais de um século caçadores, pescadores, ornitólogos amadores, alpinistas, excursionistas, e usuários dos parques nacionais e estaduais se formaram em ONGs de classe. O conceito organizador da sua atuação foi até os anos 60, aproximadamente, o de conservacionismo: um impulso em favor da eficiência, que imaginava o mundo biótico a ser um estoque de recursos naturais, que podia e devia ser aproveitado de uma maneira racional e sustentável. As figuras mais importantes dentro desta tradição política americana eram cientistas - biólogos, ecólogos, engenheiros florestais, agrônomos, especialistas em saúde pública - muitos deles contratados pelos governos estaduais e federal, que conseguiram influência importante sobre a política de recursos naturais. A rede de parques nacionais e de reservas florestais, que começou a formar-se nos anos 70 do século passado, é produto em boa medida de uma colaboração técnica-burocrática, apoiada por elementos progressistas da classe média urbana que se sentiam alienados da natureza e das supostas virtudes da paisagem rural.

Estas táticas prosperavam principalmente durante os dois governos de Roosevelt, épocas em que os cientistas e as soluções científicas gozaram do maior prestígio e em que o estado não hesitava em interferir no regime de propriedade privada. É preciso enfatizar, mesmo assim, que a intervenção do estado geralmente acompanhava interesses privados e criava outros interesses novos. Por exemplo, os decretos que declararam vetados às companhias madeireiras milhões de hectares públicos de florestas primárias beneficiaram principalmente as próprias madeireiras, donos de outros milhões de hectares de florestas primárias, uma vez que eliminaram uma eventual concorrência por parte de potenciais locatários das terras federais. Para as madeireiras, o conservacionismo oferecia, então, uma cobertura moralística aos seus interesses inadmissíveis. Durante duas gerações, o Serviço Florestal orgulhou-se de ser o protetor das reservas preciosas do público. Porém, nos anos 60, quando as madeireiras já consumiram todas as florestas primárias da sua propriedade, o Serviço rece-

(1) Professor de História da Universidade de Nova Iorque, EUA.

beu a ordem de construir, sem custo para as madeiras, caminhos para facilitar a entrada dos seus caminhões e de vender estas árvores seculares o mais rápido possível e por um preço vil. De repente, a burocracia técnico-científica e o grande público viram as suas conquistas políticas anuladas.

A Segunda Guerra Mundial ampliou significativamente os horizontes dos tecnocratas conservacionistas americanos: o país, que era antes da guerra o maior exportador de petróleo, madeira, e ferro, virou de repente o maior importador destes produtos essenciais. Resources for the Future, criada pela Ford Foundation, e a Conservation Foundation, resultado de uma colaboração da New York Zoological Society com um grupo de homens de negócios, procuravam estudar como assegurar o suprimento de matérias primas do mundo todo para a indústria americana. Assim, desde aquele momento, a problemática conservacionista tornou-se global e misturava-se com a política exterior do governo.

As táticas conservacionistas de cúpula começaram a ser superadas durante os anos 60 por uma nova onda de contestação e de ativismo político, baseada numa nova consciência do relacionamento do cidadão para com o seu governo. A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria ofereceram ao governo federal um pretexto inigualável para crescer e aumentar as suas funções, livre de qualquer fiscalização cívica, e até contrário aos interesses vitais dos seus próprios cidadãos votantes e contribuintes. Pela primeira vez na história americana o velho princípio europeu de *raison d'état* permitiu ao governo agir em segredo e irresponsavelmente. Em particular, a insistência do governo em desenvolver uma indústria nuclear, em colaboração com um setor industrial prepotente e ganancioso, resultou numa explosão de fúria popular, quando as conseqüências para a saúde pública começaram a ser noticiadas. Neste caso, porém, certos cientistas desiludidos, uns corajosos *whistleblowers*, tinham que aceitar o papel arriscado de conscientizar o público; isto foi um momento importante de transição a um movimento cívico popular.

A primeira vitória desta onda de revolta foi o acordo internacional contra as provas nucleares a céu aberto, de 1963. Uma vitória pacifista, *just in time* para a sobrevivência da população do hemisfério norte, mas que não tinha seqüela por muito tempo, uma vez que o país entrou na guerra do Vietnam pouco depois. Mesmo assim, os horrores de uma guerra cuja estratégia principal foi o de ecocídio intensificou ainda mais a repulsa da maioria do povo americano.

A relutância das velhas ONGs ambientais de encarregarem-se de protestos contra esta loucura, uma evasão que certamente tinha elementos de puro medo de serem consideradas no mínimo infratoras da segurança nacional, abriu espaço para novos atores. Assim nasceu Greenpeace, a invenção de uns americanos auto-exilados no Canadá, que enxergaram claramente a conexão entre a máquina bélica e a degradação do meio ambiente. Eles iniciaram as suas atividades com um empate contra um teste nuclear nas Ilhas Aleutas.

Outra linha de contestação, contemporânea com a campanha anti-nuclear e antiguerra, foi a do protesto contra a toxificação do meio ambiente pela indústria

química. Esta linha foi seguida também por cientistas, desconfiados das conseqüências da moderna agricultura que lançava inseticidas e herbicidas de efeito amplo e de duração longa. Esta problemática foi noticiada por uma escritora de enorme talento, Rachel Carson, e muitos historiadores datam da publicação do seu popularíssimo livro, *Silent Spring*, em 1962, o começo do "Novo Ambientalismo". Estas inquietudes se intensificaram por causa de campanhas paralelas consumistas fomentadas por, entre outras figuras, Ralph Nader, que revelaram ao público os perigos de muitos produtos industriais.

Todos estes ressentimentos eram, de fato, sintomas de uma reorientação cultural, de uma re-avaliação por parte do povo das suas metas existenciais. O historiador Samuel Hays fala de um "impulso ambiental" que foi, não meramente reativo às propostas do complexo burocrático-técnico-industrial, senão "formativo", capaz de reorientar as prioridades políticas: um novo desenvolvimento no sentido intelectual e moral. Esta consciência agora é amplamente difundida entre os americanos. Inquéritos de opinião pública mostram que 76 por cento deles se considera "ambientalistas". Por outro lado, é uma atitude para muitos meramente superficial: tão-somente um terço do público, por exemplo, aceitaria limitações no uso de seus carros. O importante, porém, é que estes impulsos sobreviviam aos anos 60, e que se intensificaram entre os setores da classe média com formação e status profissional mais elevados. Desta forma o ambientalismo conta com numerosos adeptos capazes de influenciar a sociedade e seu governo.

O resultado destas pressões difusas, e todavia nos anos 60 pouco articuladas por organizações de base, foi uma série de novas leis, rapidamente promulgadas pelo Congresso Federal no final da década. Os congressistas, evidentemente sentindo naquela época os agudos ressentimentos do público, reagiam precipitadamente com uma legislação falha, obscura e contraditória, mas que apresentava um ponto de apoio para um movimento ambientalista emergente. As principais novidades desta legislação foram a aglutinação de dispersos escritórios federais dentro de uma Agência para a Proteção Ambiental (EPA) e o estabelecimento de um pré-requisito, na elaboração de qualquer projeto federal, de uma Avaliação de Impacto Ambiental (EIS).

A promulgação de um conjunto de leis federais determinou uma série de táticas inovadoras por parte das novas ONGs. As leis passaram ao nível de regulamentação, onde tarefas enormes teriam de ser cumpridas nos anos 70 a EPA revisava 12.000 EISs! As interpretações das agências administrativas eram normalmente influenciadas pelas clientelas tradicionais, no setor florestal, evidentemente, as próprias companhias madeiras. As ONGs ambientais tinham que aprender a representar uma clientela alternativa, um projeto difícil e custoso, uma vez que se tornou necessário contratar especialistas em direito administrativo, cientistas e economistas conhecedores de vários setores de produção. As agências administrativas, compelidas a cumprir a lei, chegaram, em alguns casos, a aceitar estes intrusos um tanto amadores, como representantes do público e contrapeso aos interesses econômicos.

Algumas das ONGs adotaram uma tática alternativa, a de enfrentar os poluidores e infratores nos tribunais. Esta é uma especialidade do Environmental Defense Fund, que reúne advogados e especialistas em várias profissões - urbanistas, economistas e cientistas. A tática é cara, mas eficiente. Sobretudo, estas organizações conseguiram uma vitória de grande importância quando o seu "standing", quer dizer o seu direito de representar os interesses do público, foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.

O novo corpo de legislação ambiental representava, tão-somente, o começo de um processo longo e difícil de intervenção governamental nas múltiplas crises que enfrentava a sociedade. O Congresso já reconhecia as suas responsabilidades para a proteção e o manejo do meio ambiente nacional, mas a definição das problemáticas e a escolha dos métodos a serem aplicados seriam o resultado de lutas constantes dentro e fora dos seus corredores.

As ONGs tinham que aprender a atuar em várias frentes. A sua mobilização da opinião pública tendia a ser feita mais comumente por especialistas profissionais. Algumas das ONGs produzem vídeos apresentados ao público nos canais da TV educativa. Publicam relatórios, boletins, e revistas. As revistas da National Wildlife Federation chegam a mais de 6 milhões de leitores, a revista da National Geographic Society chega a 10 milhões. Procuram injetar a problemática ecológica na programação da TV e nos filmes de Hollywood. Algumas das ONGs mantêm listas de conferencistas disponíveis a associações cívicas locais, organizam seminários e promovem discussões comunitárias.

Certas ONGs, descrentes dos processos legislativos, procuram mobilizar a opinião pública via empates dramáticos. A polarização procurada por Earth First! com técnicas que ela chama de *monkeywrenching*, efetivamente sabotagem, que evita ainda assim qualquer violência às pessoas, representa a atitude mais radical entre todas as ONGs americanas. Esta é uma posição possivelmente útil ao movimento como um todo, se eventualmente convence os infratores a procurar soluções dentro da lei. A Greenpeace se manifesta em ações atrevidas e originais e sempre de grande impacto visual, presenciadas principalmente por telespectadores. Esta assistência é garantida por Greenpeace, que produz os seus próprios vídeos na hora que os distribui de graça aos canais de TV, completado com comentários de sua própria autoria.

A capacidade e persistência das ONGs ambientais de promover um vivo interesse público nos assuntos ambientais são bastante claras. Elas também contratam especialistas em relações públicas que procuram, via campanhas publicitárias, atrair novos sócios. Aproveitaram ídolos do cinema, da música popular e da TV, para apresentar as suas mensagens. Condecoram heróis das lutas ambientais. Durante os anos 80, todo este esforço foi facilitado pelo próprio presidente Reagan, cujas nomeações de burocratas hostis aos princípios da nova legislação ambiental alarmaram os cidadãos de tal forma que milhões deles se alistaram pela primeira vez no movimento.

Engrandecidas as ONGs, as suas reivindicações retumbaram no Congresso e às legislaturas estaduais. A

importância da tática "lobbying" é evidente no fato de que quase todas as ONGs mantêm as suas sedes em Washington. Elas oferecem à EPA e às outras agências administrativas testemunhas especializadas, esboços de novos projetos de lei e avaliações de relevantes pesquisas científicas. Este "lobbying" verde é o contrapeso das mesmas táticas dos interesses econômicos: porém, a concorrência é quase esmagadora uma vez que estes dispõem de recursos infinitamente maiores. As ONGs ambientais, via subsidiários políticos, oferecem, em pequena escala, fundos para as campanhas eleitorais de candidatos verdes, mas o total de todas estas contribuições é 50 vezes menor de que o total dos \$25 milhões aplicados anualmente pelas associações de classe montadas pelas grandes corporações. Para enfrentar este desafio, foi formada uma Liga dos Votantes Conservacionistas, que fiscaliza os congressistas, publica os seus votos na imprensa, e informa os seus eleitores. Durante os anos 70, outro grupo ambientalista publicou anualmente uma lista da "Dúzia Suja", os congressistas com os piores votos, e conseguiu derrotar até 70 por cento deles, um dado impressionante, quando se considera que o deputado em nosso país quase nunca perde na reeleição.

As ONGs sentem freqüentemente a necessidade de empreender ou contratar pesquisas científicas, uma vez que o próprio governo evita repetidas vezes esta responsabilidade ou se mostra inclinado a aceitar pesquisas contratadas pelos interesses econômicos. As ONGs dispõem de poucos recursos para isto e caem sob suspeita de promoverem trabalhos encomendados. A Greenpeace-Inglaterra tentou resolver a questão de objetividade via formação de um escritório independente que segue a política normal de submeter todos os seus resultados à avaliação da comunidade científica.

As vezes as ONGs procuram conscientizar o público via educação ambiental e algumas delas se especializam neste papel. Publicam e distribuem matérias escolares, revistas, planos de aulas, guias para professores, mapas e vídeos. Montam exposições itinerantes. Oferecem cursos de especialização às professoras. De certa forma esta atividade é um sinal de que as escolas públicas não sabem, ou não podem cumprir este dever plenamente. Foi noticiado recentemente, por exemplo, como surgiram conflitos, sadios aliás, dentro de várias das comunidades do nosso noroeste, onde sobrevivem os últimos redutos da magnífica floresta higrófila costeira, quando as escolas introduziam no currículo as primeiras noções de ecologia florestal.

As ONGs nacionais, então, gastam a maior parte dos seus esforços na conscientização do grande público, principalmente via mídia, e dos congressistas, via direta. O seu propósito é o de persuadir o governo a fazer ou proibir ou fiscalizar alguma coisa. Algumas delas, porém, entram em ação direta. Talvez o maior programa, dispendo de fundos adequados e de larga experiência, é o da Nature Conservancy. Fundada em 1917 e originalmente uma subsidiária da Sociedade Ecológica Americana, resolve o problema da preservação de ecossistemas ameaçados por compra. A Conservancy já preservou 1600 locais ameaçados, num total de dois milhões de hectares. Algumas destas terras são transferidas ao estado, quando o intuito é o de ampliar as reservas

públicas. Outras vezes, a própria Conservancy as maneja e assim assume a responsabilidade de treinar e manter seu próprio corpo de especialistas e guardas.

Outras ONGs prestam serviços úteis ao movimento ambiental como um todo, a manutenção de centros de documentação e de redes informáticas, a provisão de serviços de recrutamento de estagiários, a canalização de fundos disponíveis das fundações privadas. Promovem conferências entre representantes de outras organizações. Algumas ONGs oferecem bolsas de estudos a jovens principiantes no campo de estudos ambientais e doativos de equipamentos a grupos locais que atuam diretamente no campo de preservação do meio ambiente.

As ONGs nacionais têm capacidade de coordenar ações diretas de grande envergadura. Um destaque neste campo é o recenseamento de pássaros silvestres completado anualmente no dia de Natal pela National Audubon Society. Algumas ONGs oferecem programas de aperfeiçoamento a guardas e curadores de reservas ecológicas. A maior parte das ações diretas, porém, realizam-se ao nível local, com pouca orientação por parte das organizações nacionais. Estas ações são bastante variadas, e incluem o resgate de animais ameaçados de extinção ou traumatizados por algum desastre ambiental, a manutenção de postos de reciclagem, a limpeza das praias, e a fiscalização de poluidores.

As ONGs americanas obtêm a maior parte dos seus fundos dos seus próprios sócios, cada um paga um promédio de \$20 a \$50 por ano. Em alguns casos, como a Nature Conservancy, os sócios são notoriamente endinheirados. As ONGs também recebem, de vez em quando, contribuições de certas fundações particulares simpaticantes do movimento, tais como a MacArthur Foundation. Parece que as despesas associadas à busca de fundos e a operação das suas sedes, no caso de um número elevado das ONGs, chegam a mais da metade dos seus orçamentos. Há algumas ONGs que operam empresarialmente, vendem suas publicações, lembranças ecológicas, camisetas, etc..., para suplementar as suas receitas. Oferecem aos sócios cartões de crédito em colaboração com bancos comerciais. Ganham "royalties" com a venda dos seus logotipos a companhias que querem adquirir uma imagem verde.

Algumas das ONGs já aceitaram doativos das mesmas corporações com as quais travam lutas legislativas e administrativas. O World Wildlife Fund-Conservation Foundation aceitou em 1990 um total de \$250,000 das Companhias Chevron, Mobil e Exxon, multinacionais petroleiras, de Philip Morris, cigarros e do Morgan Guaranty Trust, um banco internacional. A National Audubon Society aceitou \$1,000,000 de várias corporações em 1989, e a National Wildlife Federation ganhou \$140,000 da Dupont e Ciba-Geigy, produtores, entre outras coisas, de biocidas, e de uma dúzia de outras multinacionais. A MacDonald's ofereceu \$700,000 ao Sierra Club e à Audubon Society, que foi recusado. Evidentemente estas companhias têm um problema de imagem, que estes doativos podem ajudar a melhorar.

Problemática, obviamente, é a eventual capacidade de tais relações de influenciar as políticas das ONGs. Waste Management é uma companhia que maneja os

despojos sólidos de uns 900 municípios americanos e que foi multado muitíssimas vezes por infrações ambientais. A despeito desta reputação pouco modelar, ganhou entrada, com um doativo de \$900,000, à associação de cúpula das fundações que financiam o movimento ambientalista. De fato, Waste Management estava defendendo os seus interesses reais: se o movimento ambiental tomasse a decisão de repudiar a queima de despojos sólidos municipais, a companhia podia ganhar um belo lucro. A prática de colaboração pode resultar numa convergência estranha de pontos de vista e de personalidades: William Ruckelshaus, por exemplo, o primeiro diretor da EPA, tornou-se, depois de sair deste posto, simultaneamente chefe de outra companhia que maneja despojos municipais e membro da junta diretora da Conservation Foundation.

Os interesses econômicos já abriram outras frentes no combate às ONGs, organizam numerosas associações de classe, disfarçadas de ONGs ambientais. Estas funcionam como sócias perversas das verdadeiras organizações, promovendo posições anti-ecológicas, tais como a Citizens for Sensible Control of Acid Rain, que não reúne nenhum cidadão, senão companhias elétricas, que geram boa parte da chuva ácida que contamina o país, e que querem evitar qualquer controle sobre as suas operações. Para cada advogado contratado pelas ONGs cívicas, organizações como esta contratam dez. Diz-se que há 20.000 advogados no meu país que hoje em dia, ganham o pão neste ramo do direito.

A maioria, talvez, dos ambientalistas americanos considera o setor privado o grande obstáculo, senão o grande inimigo na luta para preservar o meio-ambiente, e enfrentam a dura realidade de que os governos federais e estaduais sempre entregavam os bens públicos ao setor privado quase de graça, na pretensão de estimular o crescimento econômico e o emprego pleno. Mesmo assim, algumas ONGs, na consciência de que esses interesses monopolizam as forças produtivas, e de que a autoridade das leis e a eficiência dos decretos administrativos tem limites inerentes, procuram novos mecanismos dentro do mercado capazes de disciplinar o comportamento das companhias privadas. O Environmental Defense Fund e outras ONGs propõem o que se chama de "offsets", o governo estabelece a quantia total de um dado poluente que um dado setor industrial pode emitir, e dentro do setor, a quantia permitida a cada fábrica. O governo passa a estas fábricas certidões que, se elas conseguem reduzir as suas emissões, podem vender a outras fábricas menos ágeis. A redução dos poluentes, assim, torna-se um bem rentável, e o custo da limpeza adquire um valor no mercado. O governo, quando reduz a quantia admissível do poluente, agrada os donos das certidões que assim ganham mais valor.

O grau de colaboração possível com o setor privado, fundações, e governo é uma das questões que mantem as ONGs divididas, um choque de teses do tipo inevitável na política. Outra causa da fragmentação seria a extraordinária especialização no objeto de militância entre elas: há organizações que pretendem proteger os parques nacionais, que querem promover a energia solar, que desejam estabilizar a população hu-

mana, que querem salvar baleias, pássaros, ou morcegos, que querem a proibição de mineração de carvão a céu aberto, que querem tornar as estradas de ferro abandonadas em sendas para excursionistas, e até uma que quer proteger as espécies invertebradas. Claro, a multiplicação das crises ambientais tende a formar continuamente grupos novos. Outros motivos para a extrema fragmentação entre as ONGs são mais difíceis de confessar. A contradição entre o velho conservacionismo e nova perspectiva de preservacionismo é mais um impedimento à unidade, marcadamente no setor florestal, onde a idéia de conservacionismo originou e ganhou o maior número de adeptos. A National Wildlife Federation encarna esta contradição, uma vez que os seus grupos filiados a nível estadual são compostos de caçadores e de outros indivíduos cujos interesses são recreativos, enquanto a grande maioria dos membros ligados diretamente ao nível nacional são ambientalistas puros. Uma vez que estes fornecem a maior parte das receitas que chegam ao escritório de Washington, a Federation procura uma imagem mais ecologista. Por isso montou uns anos atrás uma campanha para salvar a águia-calva, que estava ameaçada de extinção. A águia, o símbolo nacional, apelava para o patriotismo de ambos os grupos dos seus sócios.

Há mais uma razão pela multiplicidade de organizações ambientais americanas: a concorrência entre indivíduos fortes que não conseguem submergir suas personalidades à disciplina de entidades anônimas. A enorme popularidade que umas pessoas famosas podem trazer ao movimento também pode resultar na fragmentação e na duplicação dos esforços. O culto de personalidade soa estranhamente, aliás, num movimento quase budista nos seus propósitos.

Às vezes, as ONGs ambientais experimentam conflitos e dissidências, não com o governo ou com as companhias poluidoras, mas com outras ONGs que defendem os seus próprios pontos de vista cívicos. A National Wildlife Federation procurou recentemente conseguir a substituição, nas espingardas, do uso de grãos de chumbo por grãos de aço, uma vez que o chumbo, engolido pelos pássaros, muitas vezes é letal. Esta campanha foi combatida pela National Rifle Association, sempre atenta a defender o suposto direito de cada cidadão americano de levar as armas, e as balas que quer.

É verdade que algumas das ONGs colaboram entre si em vários níveis: publicam relatórios em conjunto, formam consórcios para conseguir objetivos comuns, e cooperam na procura de donativos. Ao nível estadual formam conselhos para economizar os seus esforços no "lobbying" das agências governamentais. Mas estas experiências são limitadas. O movimento continua muito fragmentado e, conseqüentemente, a sua eficiência e força política são bem menos do que poderiam ser.

Agora que as ONGs ambientais atuam mais e mais abertamente como entidades políticas, levanta-se a questão do seu entrosamento dentro do sistema partidário. Ainda que existam grupos nos Estados Unidos que promovam a formação eventual de um partido verde, é difícil imaginar a curto ou médio prazo que o movimento ambiental vá conseguir ser o primeiro a quebrar o

monopólio dos dois partidos tradicionais, a construção de uma ala ou frente, dentre ou entre os dois partidos, parece uma meta também ainda longe de ser realizada, que seria provavelmente uma tarefa além das forças das ONGs contemporâneas.

Se bem que a esquerda desconfiasse nos anos 60, dos propósitos dos ambientalistas, pensando que representavam uma distração de tarefas políticas mais urgentes, neste intervalo estes elementos chegaram a reconhecer as ligações entre as questões ambientais e sociais. Evidentemente a classe trabalhadora sofre muito mais os efeitos da poluição nas roças, nas fábricas e nos bairros pobres. E a concentração do poder estatal e econômico seria a causa subjacente de muitas das medidas arriscadas e mal pensadas de agressão à natureza.

Assim sendo, o Partido Democrata tornou-se bem mais solidário com o movimento ambiental, enquanto que os republicanos se distanciavam dos propósitos ambientais e, ultimamente, mais conservadores sob o direcionamento da Casa Branca e do Supremo Tribunal Federal, procuram representar quase exclusivamente os interesses econômicos privados. Esta é uma divergência significativa, que define mais e mais os dois partidos num momento em que o anticomunismo fanático do Partido Republicano perdeu toda a sua utilidade eleitoral.

Os democratas têm medo, mesmo assim, de perder, por causa destas simpatias, as suas bases no movimento sindical. Uma maioria, talvez, dos trabalhadores, já imagina que a proteção ao meio ambiente reduz as suas taxas de emprego. As companhias infratoras das leis ambientais fazem o máximo para intensificar esta desconfiança. Elas fazem sistematicamente o que se chama de "job blackmail", a chantagem do emprego. Quando fecha-se uma fábrica, hoje em dia, a explicação dada ao público é, freqüentemente, que o custo de cumprir as exigências das leis ambientais era por demais alto, um pretexto que desvia os olhos dos operários e esconde outras explicações mais válidas, tais como maquinária obsoleta e incompetência administrativa. Uma campanha montada pelas madeireiras do noroeste já convenceu os seus trabalhadores que a sua sobrevivência depende da destruição do que resta das florestas nativas. Ambientalistas e industriais concorrem para ganhar esta luta ideológica e não fica claro, todavia, como será fechada a brecha aberta entre a ansiosa classe trabalhadora e os ambientalistas classe média.

Aqui no Brasil, algumas ONGs americanas atuam enérgica e engenhosamente. A Nature Conservancy, por exemplo, oferece às reservas ecológicas brasileiras apoio técnico já acumulado no manejo das suas próprias reservas nos Estados Unidos. O World Wildlife Fund ajuda a financiar e coordenar o resgate de primatas brasileiros ameaçados de extinção. A Environmental Defense Fund montou uma campanha de reivindicação no congresso americano, para desmontar projetos mal concebidos, financiados pelo Banco Mundial na bacia amazônica. Este esforço, que contou com a participação do carismático Chico Mendes, inspirou a formação de várias pequenas organizações, especializadas em ajudar na preservação das florestas tropicais. Elas ofere-

cem às organizações brasileiras fundos, bolsas de estudos e equipamentos, e facilitam intercâmbios de ambientalistas brasileiros e americanos com a finalidade de influenciar o governo americano e os bancos multi laterais. Em outros países amazônicos, já promoveram a troca de "Debt for Nature", a compra de uma parte da dívida internacional que se outorga ao governo para formar um fundo para o custeio das suas reservas naturais.

Estas tentativas de cooperação internacional são sem dúvida úteis. Um ambientalismo internacionalista é essencial, uma vez que a problemática ambiental é global, os poluidores muitas vezes são multinacionais, e o combate oficial já está organizado em escala internacional, em órgãos tais como: Comissão Internacional de Caça à Baleia e a Agência Internacional de Energia Atômica. Mas estas tentativas realmente são muito limitadas. São poucas as ONGs americanas que se interessam em qualquer colaboração e os esforços que se dedicam a programas internacionais são pequenos em relação a seus recursos. As iniciativas tomadas até agora, aliás, presumem pouca capacidade ou reciprocidade por parte das organizações estrangeiras. Elaboraram as vezes avaliações e planos de ação sem a colaboração das ONGs do terceiro mundo. Estamos muito longe de uma cooperação semelhante ao Bureau Europeu do meio ambiente, organizado pelas ONGs européias uns dezoito anos atrás, visando acompanhar o desenvolvimento da Comunidade Européia.

Parece claro que o Banco Interamericano, a OEA, o Mercosul, e outras entidades regionais precisam de uma fiscalização por parte dos cidadãos dos países participantes e objetivados, que devem ser representados por suas próprias ONGs consorciadas e atuando permanentemente. O público americano, que recebe as suas informações via uma mídia sensacionalista e facilmente distraída, podia colaborar de uma maneira mais contínua e racional se os seus representantes extra-oficiais, as ONGs ambientais, participassem de consórcios realmente internacionais. É de se esperar que o papel das ONGs nesta verdadeira revolução ambiental, em que todos nós participamos, querendo ou não, represente fielmente as aspirações legítimas dos nossos povos, os interesses das gerações vindouras a integridade e a sobrevivência da biosfera, que é também a sobrevivência de todos nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, Thomas B. *Guardian of the Wild: The Story of the National Wildlife Federation*. Blooming, In, 1987.
 BROWN, Michael, and May, John. *The Greenpeace Story*. New York 1991.
 CHERFAS, Jeremy. "Greenpeace and Science: Oil and Water" *Science*, 16 (16 March 1990)
 Congresso Nacional Sobre Essências Nativas, Campos do Jordão, 1982. *Anais* 3 vols.; São Paulo, 1982
 DOBSON, Andrew. *Green Political Thought; An Introduction* London 1990.

DUNLAP, Thomas R. *Saving America's Wildlife: Ecology and the American Mind, 1850-1990*. Princeton, 1988
 FOREMAN, Dave. *Eco-Defense: A Field Guide to Monkeywrenching*. 2ª ed; Tucson, AZ, 1987
 GILBREATH, Kent and Conservation Foundation. *Business and the Environment: Toward Common Ground*. 2ª ed.; Washington, 1984
 GOODEMAN, David. *Environment and Development in Latin America; The Politics of Sustainability*. Manchester, 1991
 HAYS, Samuel. *Beauty, Health and Permanence: Environmental Politics in the United States, 1955-1985*. New York, 1987.
 INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCES, et alii. *Conserving the World's Biological Diversity*. Gland, Suíça, 1990.
 KASIS, Richard, and GROSSMAN, Richard. *Fear at Work: Job Blackmail, Labor and the Environment*. New York, 1982.
 MANES, Christopher. *Green Rage; Radical Environmentalism and the Unmaking of Civilization*. Boston, 1990.
 McCORMICK, John. *Reclaiming Paradise; The Global Environmental Movement*. Bloomington, In, 1989.
 McWILLIAMS, Rita. "The Best and the Worst of the Public Interest Groups", *Washington Monthly*, 20 (March 1988).
 NATIONAL WILDLIFE FEDERATION. *Directory of National Environmental Organizations*. 3rd. ed; Washington 1988.
 NORTON, Bryan G. *Toward Unity among Environmentalists*. New York, 1991.
 PELL, Eve. "Bying In, Mother Jones (April-May) 1990.
 ROSENBAUM, Walter A. *The Politics of environmental Concern*. New York, 1973.
 SCARCE, Rik. *Eco-Warriors; Understanding the Radical Environmental Movement*. Chicago, 1990.
 SCHEFFER, Victor B. *The Shaping of Environmentalism in America*. Seattle, 1991.
 SCHWARTZ, Joseph. "Earth Day Today". *American Demographics*. (April 1990).
 SIERRA CLUB. *Environmental Studies and Natural Resource Management: An Annotated Guide*. New York, 1980.
 SWARTZMAN, Daniel and Conservation Foundation. *Cost-Benefit Analysis and Environmental Regulations*. Washington, 1982.
 TRZYMA, Thaddeus C. *World Directory of Environmental Organization*. 3d ed.; Claremont, CA, 1989.
 WILLETS, Peter. *Pressure Groups in the Global System*. London, 1982.
 YANDLE, Bruce. *The Political Limits of Environmental Regulation*. New York, 1989.